



Simulado Final
TCE AL

Auditor de Controle Externo
Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TCE AL - Auditor de Controle Externo - Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso do TCE AL;
- 2 – A prova contém **75 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TCE AL;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TCE-AL-Auditor-16-10>

- | | | | | |
|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 16 – A B C D E | 31 – A B C D E | 46 – A B C D E | 61 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 17 – A B C D E | 32 – A B C D E | 47 – A B C D E | 62 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 18 – A B C D E | 33 – A B C D E | 48 – A B C D E | 63 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 19 – A B C D E | 34 – A B C D E | 49 – A B C D E | 64 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 20 – A B C D E | 35 – A B C D E | 50 – A B C D E | 65 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 21 – A B C D E | 36 – A B C D E | 51 – A B C D E | 66 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 22 – A B C D E | 37 – A B C D E | 52 – A B C D E | 67 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 23 – A B C D E | 38 – A B C D E | 53 – A B C D E | 68 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 24 – A B C D E | 39 – A B C D E | 54 – A B C D E | 69 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 25 – A B C D E | 40 – A B C D E | 55 – A B C D E | 70 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 26 – A B C D E | 41 – A B C D E | 56 – A B C D E | 71 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 27 – A B C D E | 42 – A B C D E | 57 – A B C D E | 72 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 28 – A B C D E | 43 – A B C D E | 58 – A B C D E | 73 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 29 – A B C D E | 44 – A B C D E | 59 – A B C D E | 74 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 30 – A B C D E | 45 – A B C D E | 60 – A B C D E | 75 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA

Patrícia Manzato

Instruções: Texto para questões de 1 a 6:

Luiz Felipe Pondé se orgulha de contar: desde de 2008, quando estreou sua coluna no jornal Folha de S.Paulo, nunca houve uma segunda-feira em que os leitores não tivessem um texto seu à mão para ler. E, muitas vezes, para odiar. São célebres suas brigas com leitores furiosos dos mais variados grupos, de feministas a ecologistas, de ateus a comunistas – gente que ele adora provocar semanalmente, sem trégua.

Pondé é do contra. Formado em Filosofia pela Universidade de São Paulo e com passagens por universidades como a Sorbonne, em Paris (onde fez parte do doutorado em História da Filosofia Contemporânea), e a de Tel Aviv, em Israel (para o pós-doutorado em Epistemologia), ele se gaba de não se encaixar em nenhuma corrente específica de pensamento. Muito pelo contrário. “Não acredito que exista uma teoria que dê conta da realidade”, diz ele nesta entrevista, realizada em seu escritório no curso de Comunicação da FAAP, onde trabalha desde 1996.

O verbete Luiz Felipe Pondé na Wikipedia descreve um “filósofo, escritor e ensaísta brasileiro de origem judaica e matriz conservadora”. E o próprio filósofo explica que “Alguém que é liberal em costumes, em moral, e conservador em política – que acredita em propriedade privada intocável, democracia liberal constitucional, liberdade de imprensa. Ser conservador em política é achar que você deve mexer no mínimo possível, para não criar mais problema do que já tem.”.

Disponível em <<http://revista.faap.br/o-triunfo-do-sarcasmo-luiz-felipe-ponde-professor-vestibular-comunicacao-publicidade-e-propaganda/>>

01. A passagem que explica a afirmação “Pondé é do contra” é a seguinte:

- a) (...) *nunca houve uma segunda-feira em que os leitores não tivessem um texto seu à mão para ler* (1º parágrafo).
- b) *São célebres suas brigas com leitores furiosos dos mais variados grupos* (...) (1º parágrafo);
- c) (...) *com passagens por universidades como a Sorbonne, em Paris (...), e a de Tel Aviv, em Israel* (...) (2º parágrafo);
- d) (...) *ele se gaba de não se encaixar em nenhuma corrente específica de pensamento* (...) (2º parágrafo);
- e) Ser conservador em política é achar que você deve mexer no mínimo possível (...) (2º parágrafo).

02. No período “Ser conservador em política é achar que você deve mexer no mínimo possível, para não criar mais problema do que já tem”:

- a) predomina como conclusão aquela que é estabelecida pelo argumento marcado pela conjunção final;
- b) acontece a anulação da força argumentativa do segmento principal pela introdução do pronome “que”;
- c) há oposição de orientação argumentativa do segmento que não é introduzido pela conjunção final;
- d) ocorre a desautorização do sentido da oração principal em face da presença do argumento contrário na oração subordinada;
- e) ocorre a conclusão da oração a partir de duas ideias antagônicas, que se contrapõem nas orações coordenadas.

03. No trecho “universidades como a Sorbonne, em Paris (onde fez parte do doutorado em História da Filosofia Contemporânea), e a de Tel Aviv, em Israel (para o pós-doutorado em Epistemologia)” (2º parágrafo), as vírgulas são utilizadas para marcar

- a) intercalação de explicações de termos previamente mencionados.
- b) separação de adjuntos adverbiais de natureza diferente.
- c) elipse do verbo nas orações subordinadas.
- d) existência de orações com sujeitos e predicados diferentes.
- e) restrição dos termos que as precedem

04. A organização sintática do primeiro período do texto contribui para produzir, no primeiro parágrafo, a ideia de:

- a) antítese entre o mundo real da pintura e o mundo virtual da comunicação.
- b) comparação entre o escritor Pondé e seus contemporâneos.
- c) gradação para dar destaque ao estilo do escritor e filósofo.
- d) ênfase para realçar os feitos do escritor e filósofo.
- e) proporcionalidade entre o pensador e o escritor.

05. Em relação ao uso das aspas no texto, pode-se afirmar que suas ocorrências são devido:

- a) à citação indireta de feitos do escritor e filósofo.
- b) ao estilo de escrita que caracteriza o gênero narrativo.
- c) à estratégia de quebra de expectativa ao leitor.
- d) à diferenciação entre as opiniões do jornalista e o pensamento do filósofo.
- e) à estratégia de relativização do pensamento do filósofo.

06. O trecho destacado que exerce a mesma função sintática de “que exista uma teoria” em “Não acredito que exista uma teoria” é:

- a) nunca houve uma segunda-feira;
- b) onde fez parte do doutorado em História da Filosofia Contemporânea
- c) ele se gaba de não se encaixar em nenhuma corrente específica
- d) Alguém que é liberal em costumes, em moral, e conservador em política.
- e) Ser conservador em política é achar que você deve mexer no mínimo possível

07. O uso da expressão “Muito pelo contrário”, no segundo parágrafo, introduz um

- a) efeito de finalidade;
- b) sentido adversativo;
- c) sentido explicativo;
- d) efeito de causalidade;
- e) efeito de proporcionalidade

Leia o texto a seguir e responda às questões de 8 a 13:

A Ouvidoria do Tribunal de Contas de Alagoas, representada pelas servidoras Analícia Marques Luz e Sirley Veloso, participa do Encontro Nacional das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas (ENCO 2022), no período de 19 a 21 de setembro, em Minas Gerais.

Um dos principais objetivos do ENCO é disseminar o conhecimento na área de Controle Externo e Controle Social, compartilhando ideias, informações e experiências, na busca pelo aprimoramento e fortalecimento das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas brasileiros.

O encontro teve início nesta segunda-feira (19), com as boas vindas do conselheiro-ouvidor do Tribunal de Contas de Minas Gerais, Wanderley Ávila e do presidente do Comitê Técnico das Corregedorias, Ouvidorias e Controle Social do Instituto Rui Barbosa (IRB), conselheiro do TCE /RN, Antônio Gilberto de Oliveira Jales, que falou também dos desafios e avanços das Ouvidorias, desde o início dos encontros, quando ainda se discutia a implantação desses equipamentos nos Tribunais de Contas Brasileiros.

O Enco 2022 se estende até quarta-feira (21), e na programação constam conferências e palestras com temas como: a Lei Geral de Proteção de Dados, O Papel das Corregedorias e das Ouvidorias nos Sistemas de Integridade dos Tribunais e Governança, Transparência e Controle Social. Ao final do encontro será lida a Carta de Compromisso das Ouvidorias e Controladorias dos Tribunais de Contas Brasileiros, elaborada durante o Enco 2022.

Adaptado de < <https://www.tceal.tc.br/view/ver-noticia.php?c=NDg4OA==&cat=MQ==&titulo=ouvidoria-do-tce/al-participado-encontro-nacional-das-corregedorias-e-ouvidorias-dos-tribunais-de-contas> >

08. Considerando a leitura do texto, pode-se inferir que:

- a) indaga o leitor sobre a função da corregedoria e dos Tribunais de Contas;
- b) descreve o Encontro Nacional das Corregedorias e Ouvidorias dos Tribunais de Contas (ENCO 2022)
- c) expõe dados sobre ações da corregedoria do Estado de Alagoas;
- d) reflete sobre a necessidade de se participar de eventos nacionais
- e) informa sobre a participação do Tribunal de Contas em evento de repercussão nacional

09. “Ao final do encontro será lida a Carta de Compromisso das Ouvidorias e Controladorias dos Tribunais de Contas Brasileiros”

Para transpor a oração acima para a voz ativa, a alternativa correta é:

- a) Ler-se-á a Carta de Compromisso das Ouvidorias e Controladorias dos Tribunais de Contas Brasileiros ao final do encontro
- b) Ao final do encontro, os participantes lerão a Carta de Compromisso das Ouvidorias e Controladorias dos Tribunais de Contas Brasileiros
- c) A Carta de Compromisso das Ouvidorias e Controladorias dos Tribunais de Contas Brasileiros seria lida ao final do encontro
- d) Ao final do encontro, a Carta de Compromisso das Ouvidorias e Controladorias dos Tribunais de Contas Brasileiros lida
- e) Os Tribunais de Contas Brasileiros leem, ao final do encontro, a Carta de Compromisso das Ouvidorias e Controladorias

10. “O Enco 2022 se estende até quarta-feira (21), e na programação constam conferências e palestras com temas como: a Lei Geral de Proteção de Dados, O Papel das Corregedorias e das Ouvidorias nos Sistemas de Integridade dos Tribunais e Governança, Transparência e Controle Social.”

Mantêm-se as normas gramaticais no período acima, caso haja

- a) a substituição de “e” por “mas”;
- b) a substituição de “se estende” por “se estendem”;
- c) a inserção de preposição “a” em “O Enco 2022”;
- d) a substituição dos dois pontos por travessão;
- e) supressão da vírgula antes de “e na programação”.

11. O trecho “compartilhando ideias, informações e experiências” (2º parágrafo) estabelece com a oração que a precede uma relação de

- a) oposição
- b) explicação
- c) causa
- d) conformidade
- e) meio

12. Segundo o texto, o ENCO 2022

- a) apenas reforça o Controle Externo dos Tribunais de Contas;
- b) tem objetivo focado nas áreas de Controle Externo e Controle Social
- c) tem o foco apenas em um tipo de Controle feito pelos Tribunais de Contas;
- d) não tem a adesão de todos os Tribunais de Contas do país;
- e) acontece a cada dois anos e é facultativo às Corregedorias e Tribunais de Contas.

13. Ao analisar o texto, deduz-se que o autor utilizou

- a) a função emotiva da linguagem.
- b) a função referencial da linguagem.
- c) estrutura narrativa não confessional.
- d) elementos característicos do gênero narrativo-midiático.
- e) uma estrutura semântica de caráter objetivo e pessoal.

14. Assinale a alternativa na qual a escrita está correta em relação ao uso da crase.

- a) Retorno à 200 metros.
- b) Proibida à entrada sem camisa.
- c) Entreguei o presente a senhora.
- d) Voltei àquele lugar muitas vezes.
- e) Não se fazia mais nada a meia-noite.

Leia a charge abaixo para responder as questões 15 e 16:



15. Deduz-se da charge que:

- a) não devemos usar redes sociais.
- b) *fake news* é um jargão da área da saúde.
- c) há divulgação de *fake news* sobre a dengue.
- d) as redes sociais são transmissoras de *fake news*.
- e) a transmissão de dengue, zika ou chikungunya não é bem divulgada.

16. A charge representa:

- a) os perigos das redes sociais assim como do *AedesAegypti*.
- b) uma discordância das atitudes de cidadãos frente aos problemas políticos.
- c) uma crítica aos profissionais da saúde e da tecnologia.
- d) o perigo da dengue no próximo verão.
- e) a falta de acesso a informações atualizadas.

Instruções: Texto para questões de 17 a 20:

Tão rápidas e destrutivas quanto o próprio coronavírus, as notícias falsas (*fake news*) têm prestado um grande desserviço no enfrentamento à pandemia, enquanto, na contramão, as campanhas de comunicação sobre a covid-19 caminham a passos lentos. Essa discrepância foi destacada por senadores que debateram o assunto em reunião na Comissão Temporária da Covid-19 (CTCOVID), nesta segunda-feira (5).

Relator da comissão, o senador Wellington Fagundes (PL-MT) ressaltou que o assunto é de grande preocupação para todos:

— O esclarecimento da população é fundamental, principalmente nessa questão, que a cada dia tem informações desencontradas. Essas informações, corretas ou incorretas, podem salvar vidas ou contribuir para a doença e a morte.

O senador destacou que a infodemia, definida como excesso de informação, torna difícil encontrar fontes idôneas, o que colabora para a desinformação da sociedade. Ele lembrou que 132 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) ratificaram, à exceção do Brasil, uma declaração para o combate a essa propagação infodêmica.

Wellington enfatizou que há inclusive participação de agentes ou instituições públicas na divulgação de notícias falsas ou desencontradas, além de omissão na divulgação de informações necessárias para o combate à crise pandêmica.

Adaptado de

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/07/05/desinformacao-e-fake-news-sao-entrave-no-combate-a-pandemia-aponta-debate>>

17. No texto acima, o autor:

- a) apresenta sua própria opinião;

- b) apresenta uma opinião como geral;
- c) apresenta uma opinião alheia;
- d) apresenta e comenta uma opinião;
- e) confronta diversas opiniões.

18. No texto acima, são ideias antagônicas:

- a) notícias falsas (*fake news*) e campanhas de comunicação sobre a covid-19;
- b) discrepância e CTCOVID;
- c) doença e morte;
- d) informações desencontradas e morte;
- e) agentes ou instituições públicas e notícias falsas ou desencontradas.

19. Assinale a frase que apresenta uma visão negativa do autor do texto:

- a) *Tão rápidas e destrutivas quanto o próprio coronavírus, as notícias falsas (fake news) têm prestado um grande desserviço no enfrentamento à pandemia.*
- b) *...o assunto é de grande preocupação para todos.*
- c) *Essas informações, corretas ou incorretas, podem salvar vidas ou contribuir para a doença e a morte.*
- d) *...a infodemia, definida como excesso de informação, torna difícil encontrar fontes idôneas.*
- e) *132 países membros da Organização Mundial da Saúde (OMS) ratificaram, à exceção do Brasil, uma declaração.*

20. O texto acima e charge se relacionam de forma:

- a) convergente, pois dão enfoque na mesma contradição.
- b) convergente, visto que abordam a mesma temática a partir de suportes distintos.
- c) convergente, porque permitem ao leitor uma tomada de consciência a partir de sua discussão.
- d) divergente, pois caminham para lados opostos em termos argumentativos.
- e) divergente, visto que não há como estabelecer semelhanças entre textos verbais e não verbais.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Elisabete Moreira

21. Nas últimas décadas, visando adaptar a Administração Pública às mudanças da sociedade, novos conceitos e práticas de gestão vem sendo adotadas pelos governos, à exemplo da Gestão por Resultados, das discussões acerca de governabilidade, governança, governança corporativa, entre outros. Assinale a opção que indica uma premissa discutida nos tempos atuais

- a) As eleições e o voto são mecanismos de accountability horizontal.
- b) Uma alta demanda social por accountability afeta, negativamente a capacidade de governança.
- c) Sem legitimidade, não há como se falar em governabilidade.
- d) Instâncias responsáveis pela fiscalização das prestações de contas contribuem para o desempenho da accountability vertical.
- e) Uma boa governabilidade garante uma boa governança.

22. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) foi criado com o intuito de eliminar os aspectos patrimonialistas da Administração Pública brasileira, por meio de uma lógica racional-legal. No entanto, o modelo de Administração Pública Burocrática se caracterizou por trazer consigo algumas disfunções, como:

- a) dificuldade de respostas às mudanças do meio externo, dando prioridade às questões internas do sistema;
- b) preocupação com o resultado, deixando de seguir as regras procedimentais
- c) perda de controle sobre o funcionário, em função da autoridade horizontal;
- d) aumento das práticas clientelistas, resultante da restrição de tratamentos isonômicos apenas aos indivíduos pertencentes à estrutura pública ou política.
- e) diminuição no nível de profissionalização, decorrente da valorização maior da promoção por antiguidade em detrimento do merecimento;

23. De acordo com a Reforma promovida em 1995, por meio do PDRAE, a administração pública conta com

quatro setores: o núcleo estratégico, as atividades exclusivas, os serviços não-exclusivos e a produção de bens e serviços para o mercado. Em relação a estes setores, assinale a opção incorreta.

- a) O núcleo estratégico é o centro no qual se definem as leis, as políticas e como, em última instância, as fazer cumprir.
- b) As atividades exclusivas garantem diretamente que as leis e políticas públicas sejam cumpridas e financiadas.
- c) Os serviços não-exclusivos compreendem os serviços de educação, saúde, cultura e pesquisa científica.
- d) O setor de produção de bens e serviços é formado pelo conjunto das empresas estabelecidas no país.
- e) As atividades exclusivas são aquelas que envolvem o poder de Estado.

24. Muitos especialistas consideram a reforma de 1967 como o primeiro momento da implantação de uma administração gerencial no Brasil, em razão de algumas ações que marcaram essa tentativa. Assinale a alternativa correta relacionada com uma dessas ações.

- a) A criação de agências reguladoras para atuar em setores de interesse nacional.
- b) A transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- c) A privatização em massa de estatais ineficientes, repassando as atividades com fins lucrativos para a iniciativa privada.
- d) O estabelecimento de contratos de publicização, em que atribuições de órgãos públicos eram repassadas às organizações sociais.
- e) O desmantelamento de monopólios naturais com políticas monetárias expansionistas.

25. Do ponto de vista administrativo, a Constituição da República de 1988 (CF/1988) promoveu um retrocesso burocrático, conforme apontada pela doutrina especializada. Assinale a alternativa que apresenta uma das razões do retrocesso burocrático trazido pela CF/1988.

- a) a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), para comandar as reformas administrativas e implementar as políticas de governo.

b) a extensão às entidades da administração indireta de procedimentos e mecanismos de controle aplicáveis à administração direta;

c) o apoio ao clientelismo e ao fisiologismo como política de Estado;

d) o incentivo à descentralização político-administrativa;

e) a institucionalização de mecanismos de democracia direta, favorecendo o controle social e a *accountability*;

26. O modelo de gestão governamental experimentado no século XX, que se baseava na ideia de que os serviços deveriam ser prestados com foco na equidade e nas necessidades dos cidadãos, ficou conhecido como

a) Gerencialismo puro

b) PSO

c) Taylorismo

d) Consumerismo

e) Patrimonialismo

27. O termo *accountability* está associado à obrigação de prestação de contas e de responsabilização dos gestores públicos. Assinale a opção que indica o tipo de *accountability* que representa o controle exercido pela mídia, associações de bairros e organizações não-governamentais.

a) *Accountability* social.

b) *Accountability* político.

c) *Accountability* vertical.

d) *Accountability* horizontal.

e) *Accountability* constitucional.

28. A administração pública patrimonial foi o modelo de gestão adotado no Brasil até 1930 e que apresentava algumas características marcantes, à exceção de:

a) os servidores públicos possuíam status de nobreza real

b) Os cargos eram considerados prebendas e sinecuras

c) O estado atuava como extensão do poder do monarca

d) A corrupção e o nepotismo eram características marcantes.

e) O estado não promovia bens e serviços sociais.

29. A implantação e o desenvolvimento da administração pública gerencial apresentaram algumas ações precursoras, a exemplo da:

a) Criação da CLT, em 1943

b) Criação do DASP – Departamento Administrativo do Serviço Público.

c) A Constituição Federal de 1988

d) Programa Nacional de Desburocratização de 1979

e) Programa da Comissão de Padronização e Compras Públicas de 1931

30. A governança pública tem como propósito preservar e assegurar que as ações executadas estejam alinhadas ao interesse público. Nesse sentido, é correto afirmar que:

a) a governança no setor público se refere aos mecanismos de planejamento, controle e monitoramento e aos desmembramentos entre estruturas, processos e tradições.

b) a governança no setor público se refere aos mecanismos avaliação, direção e monitoramento e aos desmembramentos entre estruturas, processos e tradições.

c) a governança no setor público se refere aos mecanismos planejamento, ação, avaliação e às interações entre estruturas, processo e tradições.

d) a governança no setor público se refere aos mecanismos de avaliação, direção e monitoramento e às interações entre estruturas, processos e tradições.

e) a governança no setor público se refere aos mecanismos planejamento, ação e controle e aos desmembramentos entre estruturas, processos e tradições.

AUDITORIA GOVERNAMENTAL

Guilherme Sant'Anna

31. Assinale a alternativa que, baseado nas normas de auditoria, indica um dos elementos que compõem o ambiente de controle interno.

a) Novas normas contábeis.

- b) Segregação de funções.
- c) Forças e fraquezas.
- d) Riscos e oportunidades.
- e) Valores de ética e integridade
- 32.** De acordo com as especificidades do objeto e do escopo do trabalho de auditoria, essa pode ser classificada em diversos tipos. A atividade de auditoria definida como um processo de se avaliar o seu desempenho e de promover o aperfeiçoamento da gestão pública é classificada como auditoria:
- a) operacional
- b) de regularidade
- c) de sistemas
- d) especial
- e) de compliance
- 33.** Um achado de auditoria deve ser desenvolvido de forma a apresentar uma base sólida às conclusões e às propostas de encaminhamento dos auditores, sendo considerado consistente aquele que:
- a) mereça ser relatado
- b) mostra-se convincente a quem não participou do trabalho
- c) é apresentado de forma objetiva
- d) está devidamente fundamentado por evidências
- e) está relacionado de forma clara e lógica aos objetivos e critérios da auditoria
- 34.** Com relação ao plano de auditoria baseado no risco, assinale a opção correta.
- a) Determinar a materialidade é uma questão de julgamento profissional e depende da interpretação do auditor acerca das necessidades dos usuários. Esse julgamento pode se relacionar a um item individual ou a um grupo de itens, tomados em conjunto. A materialidade é muitas vezes considerada em termos de valor, mas também tem aspectos quantitativos, bem como qualitativos.
- b) Quanto maior for a avaliação de risco de distorção relevante, maiores serão os riscos de a detecção a serem tolerados pelo auditor.
- c) Testes substantivos são aplicados para que se obtenha evidências quanto ao funcionamento dos controles da entidade.
- d) No método de seleção sistemático, o auditor seleciona, sistematicamente, e com uso de geradores de números aleatórios, os itens que irão compor a amostra.
- e) A documentação do tipo corrente é aquele perene, utilizada no período corrente e em outros.
- 35.** Em um trabalho de auditoria, quando um auditor precisa obter evidências acerca da suficiência dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, ele deve programar a realização de:
- a) atividades de monitoramento
- b) correlação das informações
- c) testes substantivos
- d) testes de observância
- e) procedimentos operacionais
- 36.** Em geral, os relatórios de auditoria apresentam a opinião do auditor. Quando o relatório é utilizado para transmitir o nível de asseguarção, a opinião deve ser apresentada em um formato padronizado. Assim, quando o auditor for incapaz de obter evidência de auditoria suficiente e apropriada acerca de certos itens do objeto auditado, que podem ser relevantes e generalizados, ele deve emitir uma opinião:
- a) qualificada
- b) não modificada
- c) modificada com abstenção de opinião
- d) modificada adversa
- e) não modificada qualificada
- 37.** Nas auditorias, as seguintes técnicas devem ser realizadas pelos auditores governamentais:
- I constatação “*in loco*”, que deverá fornecer à equipe a certeza da existência, ou não, do objeto ou item verificado;
- II conferir a apuração realizada por terceiros e, fazendo-se necessária a efetivação de apurações próprias,

compará-las, ao final, com aquelas apresentadas pelo fiscalizado;

III realizar a confirmação com terceiros de fatos alegados pela entidade fiscalizada;

IV verificar a compatibilidade entre o saldo das contas sintéticas com aqueles das contas analíticas da entidade fiscalizada;

V examinar as transações que geraram lançamentos em contas patrimoniais, partindo-se dos lançamentos contábeis para a identificação dos fatos e documentos que o suportam.

Assinale a opção que apresenta, respectivamente, a denominação correta de cada uma dessas técnicas.

- a) observação; conferência de cálculos; conciliação; circularização; exame documental
- b) inspeção física; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis
- c) observação; conferência de cálculos; circularização; conciliação; exame documental
- d) inspeção física; conferência de cálculos; conciliação; circularização; análise de contas contábeis
- e) exame documental; conferência de cálculos; circularização; conciliação; análise de contas contábeis

38. Em relação ao planejamento de uma auditoria, analise as afirmativas a seguir.

I. O planejamento de auditoria é um processo pontual que ocorre no início da auditoria, quando há a análise das circunstâncias, condições e mudanças ocorridas no período anterior e são definidos, com a administração da entidade auditada, os termos da auditoria.

II. O plano, ou programa, de auditoria estabelece um cronograma para a auditoria e define a natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria, designando os membros de suas equipes e identificando os recursos que podem ser necessários.

III. O planejamento, em nível estratégico, deve definir o escopo, os objetivos e a abordagem da auditoria; o escopo diz respeito aos critérios que os auditores utilizarão para avaliar e relatar acerca do objeto; os objetivos dizem respeito àquilo que a auditoria pretende alcançar e, a abordagem, à natureza e à extensão dos procedimentos a serem aplicados.

Está correto o que se afirma em

a) I, somente.

b) I e II, somente.

c) I e III, somente.

d) II e III, somente.

e) I, II e III.

39. O Tribunal de Contas do Estado de Alagoas recebeu informações, advindas de representantes da sociedade civil, no sentido de que as políticas públicas desenvolvidas por determinado Município eram precárias e não estavam melhorando a qualidade de vida da coletividade. A narrativa não descrevia nenhum ilícito em particular e o Tribunal decidiu se inteirar da realidade desse ente federativo, para definir o objeto da fiscalização a ser realizada.

À luz dessa narrativa, o instrumento de fiscalização a ser utilizado é:

- a) o acompanhamento;
- b) o levantamento;
- c) o monitoramento;
- d) a tomada de contas;
- e) a inspeção.

40. Nas atividades de auditoria pública, é esperado que o comportamento ético se baseie em princípios. Aquele relacionado a agir de acordo com as normas profissionais aplicáveis e às mais altas expectativas das partes interessadas é denominado:

- a) integridade
- b) independência e objetividade
- c) competência
- d) comportamento profissional
- e) confidencialidade

CONTROLE EXTERNO

Herbert Almeida

41. Nos termos da Constituição Federal, compete ao Tribunal de Contas da União:

- a) apreciar, para fins de registro, as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, julgando as legalidades dos atos emitidos ao longo do exercício financeiro.
- b) julgar a legalidade dos atos que impliquem na estimativa de receita e na autorização de despesas.
- c) emitir parecer conclusivo sobre despesas supostamente não autorizadas, cujo ato de sustação caberá à comissão mista específica do Congresso Nacional.
- d) sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal.
- e) sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

42. Conforme entendimento majoritário, as decisões dos tribunais de contas possuem natureza:

- a) administrativa e a decisão que imputar débito ou multa terá eficácia de título executivo.
- b) jurisdicional, ainda que possam ser revistas pelo Poder Judiciário.
- c) legislativa, constituindo coisa julgada formal e material.
- d) jurisdicional, com força de coisa julgada após decisão irrecurável do Tribunal Pleno.
- e) administrativa, passíveis de revisão pelo Poder Legislativo.

43. Considerando os termos da Constituição Federal e a jurisprudência do STF, marque a opção correta:

- a) é constitucional norma local que atribua ao Poder Legislativo o controle das contas dos órgãos que o auxiliam, ou seja, dos tribunais de contas.
- b) é constitucional norma local que estabeleça a competência do tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) a Comissão Mista de Orçamento deverá julgar as contas do Presidente da República, no prazo de sessenta dias,

a contar do recebimento do parecer prévio do Tribunal de Contas da União.

- d) a sustação de contratos administrativos poderá ser determinada diretamente pelo Tribunal de Contas da União, no caso de descumprimento de determinações.
- e) o Tribunal de Contas poderá determinar a quebra do sigilo bancário de operações de crédito firmadas por bancos estatais com recursos públicos.

44. Sobre a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal e da concessão inicial de aposentadoria, é correto afirmar que:

- a) a negativa de registro sempre deverá ser precedida de contraditório e ampla defesa.
- b) a concessão de aposentadoria aos servidores públicos é, segundo o STF, ato administrativo composto.
- c) após a concessão do registro, somente a administração pública poderá desfazer o ato de aposentadoria, independentemente de manifestação do Tribunal de Contas.
- d) o Tribunal de Contas não aprecia os provimentos para emprego público, regidos pelas regras de direito privado.
- e) o TCU não aprecia a legalidade da admissão de cargo em comissão, mas poderá verificar a legalidade da admissão por outros meios, inclusive para fixar prazo para o desfazimento do provimento que viole as regras sobre o nepotismo.

45. Considere as seguintes situações hipotéticas:

I – O TCE-AL julgou as contas dos responsáveis da Mesa da Assembleia Legislativa.

II – O Tribunal de Contas promoveu cursos de capacitação para os servidores das unidades jurisdicionadas.

As atribuições acima constituem o exercício das seguintes funções do Tribunal de Contas, respectivamente:

- a) opinativa e informativa.
- b) sancionadora e normativa.
- c) informativa e julgadora.
- d) julgadora e pedagógica.
- e) julgadora e sancionatória.

46. A respeito da jurisprudência do STF sobre o exercício do controle externo, marque a alternativa correta.

- a) É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- b) É constitucional atribuir aos tribunais de contas a realização do exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- c) A Constituição do Estado do Alagoas poderia atribuir à Assembleia Legislativa o poder para julgar as infrações administrativas cometidas pelos conselheiros do TCE, medida que poderia envolver a condenação à perda do cargo.
- d) É inconstitucional atribuir ao Poder Legislativo a prerrogativa para julgar as contas do responsável do Tribunal de Contas respectivo.
- e) Não cabe aos tribunais de contas quebrar o sigilo bancário ou ter acesso a informações sobre financiamentos concedidos com recursos públicos.
- 47.** Desde a posse, os conselheiros do TCE se submetem a uma séria de vedações, sob pena de perda do cargo, mediante sentença judicial transitada em julgado. Todavia, não constitui vedação aos conselheiros do Tribunal:
- a) exercer comércio, bem como gerência ou cargo diretivo de sociedade comercial.
- b) celebrar contrato de prestação de serviços com empresa concessionária de serviço público, quando o contrato obedecer a normas uniformes.
- c) exercer profissão liberal, qualquer atividade profissional remunerada ou emprego em empresa privada.
- d) exercer qualquer outro cargo ou função no serviço público, exceto se estiver em disponibilidade.
- e) exercer atividade político-partidária.
- 48.** A Constituição Federal outorga a qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato o direito de oferecer denúncia aos tribunais de contas. Nesse contexto, de acordo com o Regimento Interno do TCE-AL, sobre a denúncia não é correto afirmar que:
- a) a denúncia deverá estar acompanhada de ciência do órgão de controle interno ou de parecer do setor jurídico da administração.
- b) a denúncia deverá conter a qualificação, a cópia de documento de identidade e o endereço do denunciante.
- c) a petição deverá estar acompanhada da indicação das provas que deseja produzir ou indício veemente da existência do fato denunciado.
- d) a denúncia deve se referir a administrador ou responsável sujeito a sua jurisdição do Tribunal.
- e) a denúncia apresentada por pessoa jurídica será instruída com prova de sua existência e comprovação de que os signatários têm habilitação para representá-la.
- 49.** Caso o TCE-AL condene um responsável ao ressarcimento de dano causado ao erário municipal, em razão de prejuízo em uma secretaria de um município sujeito à sua jurisdição, a ação de execução do título executivo, caso não quitado no prazo fixado pela Corte, caberá:
- a) ao Ministério Público Estadual.
- b) à Procuradoria-Geral do Estado.
- c) ao município.
- d) ao próprio TCE-AL.
- e) ao Ministério Público de Contas.
- 50.** O instrumento cabível para corrigir obscuridade, omissão ou contradição da decisão do Tribunal será:
- a) embargos de declaração.
- b) recurso de reconsideração.
- c) agravo.
- d) embargos infringentes.
- e) recurso de revisão.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Antônio Daud

- 51.** Tomando por base a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que considera-se constitucional a delegação do poder de polícia:
- a) a quaisquer pessoas jurídicas de direito privado que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado.
- b) por meio de lei ou outros atos normativos de caráter geral, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado sob regime não concorrencial.

- c) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes ou não da Administração Pública, que prestem serviço público de atuação própria do Estado ou explorem atividades econômicas em sentido estrito.
- d) por meio da Constituição, apenas, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado.
- e) por meio de lei, a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública, que prestem exclusivamente serviço público de atuação própria do Estado em regime não concorrencial.

52. Considere:

I – O controle externo, a cargo dos Tribunais de Contas, que será exercido com o auxílio do poder legislativo de cada ente.

II – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente é classificado como controle legislativo, político e parlamentar direto.

III – Nas situações em que o Tribunal de Contas da União (TCU) julga as contas dos responsáveis por dinheiros públicos, está exercendo controle parlamentar indireto.

Sobre o controle da administração pública, está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

53. A respeito dos atributos do ato administrativo, é correto afirmar que:

- a) possuem significado equivalente ao dos elementos de validade dos atos.
- b) a presunção de veracidade informa que os atos são considerados legais e legítimos até que se prove o contrário.

- c) a presunção de legitimidade postula que são considerados verdadeiros os fatos declarados para a prática do ato administrativo.
- d) a autoexecutoriedade representa a desnecessidade de se submeter ao Poder Judiciário os atos administrativos previamente à sua execução.
- e) a tipicidade resulta na imposição dos efeitos do ato administrativo aos administrados.

54. De acordo com a Lei 12.846/2013 e suas alterações, assinale a alternativa correta:

- a) O impedimento de celebrar novo acordo de leniência decorrente do descumprimento, por parte da pessoa jurídica, de acordo anterior pode se estender de dois a quatro anos, a depender do grau de cooperação da empresa e da relevância da sua contribuição para o andamento das investigações.
- b) Está apta a celebrar o acordo de leniência a pessoa jurídica que, apesar de não admitir sua participação no ilícito, cessou completamente seu envolvimento na infração investigada, a partir da data de propositura do acordo.
- c) A empresa poderá ser responsabilizada mesmo que seus diretores ou administradores não o sejam.
- d) A responsabilização civil das pessoas jurídicas pressupõe a demonstração de dolo ou culpa, uma vez que serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil.
- e) Constitui ato lesivo à administração pública a conduta de colaborar com a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos ou agentes públicos.

55. Determinado município brasileiro decidiu fomentar a participação de entidade privada sem fins lucrativos em projetos de interesse público e recíproco. Publicou, assim, chamamento público com o fito de os interessados apresentarem seus projetos, sendo que, ao final, seria celebrada avença com a entidade vencedora, beneficiária de vultosos recursos financeiros originários dos cofres públicos. Tomando por base o regramento contido na Lei 13.019/2014, a mencionada avença terá forma de:

- a) contrato de gestão.
- b) termo de parceria.
- c) termo de fomento.
- d) acordo de cooperação.

e) termo de colaboração.

56. Julgue os itens a seguir sobre o processo administrativo e assinale a alternativa correta.

- a) Da revisão do processo administrativo poderá resultar agravamento da sanção.
- b) A desistência ou renúncia do interessado prejudica o prosseguimento do processo administrativo.
- c) Após o término da etapa de instrução, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir sobre o processo administrativo, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.
- d) É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges.
- e) O comparecimento do administrado não supre as irregularidades de intimação nula.

57. Em relação à sanção de impedimento para licitar e contratar com a Administração Pública prevista na Lei 14.133/2021, é correto afirmar que:

- a) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos.
- b) impedirá o responsável de licitar ou contratar pelo prazo máximo de dois anos.
- c) admite reabilitação após o transcurso do prazo mínimo de 2 anos.
- d) impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 anos.
- e) não poderá ser cumulada com outras sanções, em atenção à vedação ao *bis in idem*.

58. É hipótese de inexigibilidade de licitação à luz da Lei 14.133/2021:

- a) locação de bem móvel.
- b) contratação de serviços técnicos especializados de publicidade.
- c) objetos que devam ser contratados por meio de credenciamento.

d) no caso de guerra.

e) no caso de calamidade pública.

59. Selecione, dentre as alternativas abaixo, uma característica da concessão de serviços públicos:

- a) precariedade.
- b) manifestação unilateral da vontade da Administração.
- c) manifestação da descentralização por serviços.
- d) decorrência da prestação adequada e direta de serviços públicos.
- e) exigência de licitação prévia, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.

60. Em relação às entidades da Administração Indireta e aos entendimentos do Supremo Tribunal Federal (STF), é correto afirmar que:

- a) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista exige autorização legislativa e licitação, constituindo-se nas mesmas exigências para a alienação do controle de subsidiárias e controladas.
- b) para a criação de subsidiárias de empresas públicas e sociedades de economia mista é necessária autorização específica do Congresso Nacional.
- c) a autorização legislativa não é necessária no caso de venda do controle das subsidiárias e controladas de empresas públicas e sociedades de economia mista.
- d) no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista, não há necessidade de autorização legislativa ou processo licitatório para alienação das empresas-matrizes.
- e) a alienação do controle acionário de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como do controle de suas subsidiárias e controladas não exige autorização legislativa e licitação.

CONTABILIDADE GERAL

Marcondes Fortaleza

61. Marque a alternativa correta.

- a) O pagamento de uma duplicata com desconto é um fato contábil modificativo aumentativo.
- b) O lançamento de segunda fórmula possui mais de uma conta debitada e apenas uma conta creditada.
- c) A conta duplicatas descontadas é uma conta integral, de acordo com a teoria personalista das contas.
- d) A equação fundamental do patrimônio indicada por Ativo + PL = Passivo indica uma situação líquida negativa.
- e) Uma conta retificadora do PL diminui através de débitos.

62. No sistema contábil abaixo apresentado só faltou anotar as despesas incorridas no período. Todavia, considerando as regras do método das partidas dobradas, podemos calcular o valor dessas despesas.

Componentes	Valores
Capital	R\$ 130,00
Receitas	R\$ 100,00
Dívidas	R\$ 180,00
Dinheiro	R\$ 110,00
Clientes	R\$ 120,00
Fornecedores	R\$ 135,00
Prejuízos Anteriores	R\$ 40,00
Máquinas	R\$ 195,00

Com base nos elementos apresentados, pode-se afirmar que o valor das despesas foi

- a) R\$ 20,00
- b) R\$ 40,00
- c) R\$ 80,00
- d) R\$ 120,00
- e) R\$ 140,00

63. Da leitura atenta dos balanços gerais da Cia. CAFÉ COM CONTABILIDADE, levantados em 31.12.21 para publicação, e dos relatórios que os acompanham, podemos observar informações corretas que indicam a existência de:

Capital de Giro no valor de R\$ 200,00
Capital Social no valor de R\$ 500,00

Capital Fixo no valor de R\$ 600,00

Capital Alheio no valor de R\$ 500,00

Capital Autorizado no valor de R\$ 550,00

Capital a Realizar no valor de R\$ 150,00

Capital Investido no valor de R\$ 800,00

Capital Integralizado no valor de R\$ 350,00

Reservas de Lucros no valor de R\$ 50,00

Prejuízo Líquido do Exercício no valor de R\$ 100,00

A partir das observações acima, podemos dizer que o valor do Patrimônio Líquido da Cia. CAFÉ COM CONTABILIDADE é de

- a) R\$ 300,00
- b) R\$ 350,00
- c) R\$ 400,00
- d) R\$ 500,00
- e) R\$ 550,00

64. A partir do que dispõe o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, marque V para verdadeiro ou F para falso de acordo com as disposições da referida norma.

- () Relatórios financeiros para fins gerais destinam-se a apresentar o valor da entidade que reporta, fornecendo informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.
- () As demonstrações contábeis fornecem informações sobre transações e outros eventos observados do ponto de vista específico de investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes ou potenciais, da entidade.
- () Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.
- () Um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista, precisa ser certo ou provável que esse direito produzirá benefícios econômicos.

A sequência está correta em

- a) V, F, F, V.
 b) F, V, V, F.
 c) V, V, V, V.
 d) V, F, V, V.
 e) F, F, V, F.

65. Apresentamos as contas e saldos constantes do balancete de verificação da Cia. MAVIFOR, em 31.12.20:

Adiantamento de Clientes	R\$ 160,00
Adiantamento a Diretores	R\$ 180,00
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 200,00
Aluguéis Ativos a Receber	R\$ 100,00
Aluguéis Ativos a Vencer	R\$ 120,00
Caixa	R\$ 220,00
Capital Social	R\$ 1.200,00
Clientes	R\$ 460,00
Depreciação Acumulada	R\$ 150,00
Fornecedores	R\$ 500,00
Móveis e Utensílios	R\$ 1.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 120,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 1.500,00

Com as contas listadas, a Cia. MAVIFOR elaborou o Balanço Patrimonial, cujo grupo Ativo tem o valor de

- a) R\$ 1.810,00
 b) R\$ 1.850,00
 c) R\$ 1.970,00
 d) R\$ 2.010,00
 e) R\$ 2.170,00

66. Marque a alternativa incorreta sobre a Demonstração dos Fluxos de caixa:

- a) A DFC indicará as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.
 b) A companhia aberta com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.
 c) Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
 d) Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade.
 e) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

67. Uma empresa comercial apresentou os seguintes saldos em suas contas de resultado em 31/12/2021:

Contas	Valores em R\$
Abatimentos sobre vendas	12.000,00
COFINS sobre faturamento	9.600,00
Comissões sobre vendas	16.000,00
Custo da Mercadoria Vendida	145.000,00
Descontos condicionais concedidos	3.000,00
ICMS sobre vendas	57.600,00
PIS sobre faturamento	2.080,00
Receita de Vendas	320.000,00
Vendas Canceladas	6.400,00

Considerando exclusivamente as informações apresentadas e de acordo com a Lei nº 6.404/1976 – Lei das Sociedades por Ações, os valores da Receita Líquida de Vendas e do Lucro Bruto evidenciados na Demonstração do Resultado em 31/12/2021 correspondem, respectivamente, a:

- a) R\$ 229.320,00; R\$ 84.320,00.
 b) R\$ 232.320,00; R\$ 87.320,00.
 c) R\$ 213.320,00; R\$ 68.320,00.
 d) R\$ 301.600,00; R\$ 87.860,00.

e) R\$ 250.720,00; R\$ 105.720,00.

68. Sobre o tema Escrituração Contábil, marque a alternativa incorreta.

- a) O nível de detalhamento da escrituração contábil deve estar alinhado às necessidades de informação de seus usuários.
- b) O registro contábil deve conter o número de identificação do lançamento em ordem sequencial relacionado ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos contábeis.
- c) Os livros contábeis obrigatórios, entre eles o Livro Diário e o Livro Razão, em forma digital, devem revestir-se de formalidades intrínsecas, tais como, serem assinados digitalmente pela entidade e pelo profissional da contabilidade regularmente habilitado e serem autenticados no registro público competente.
- d) As demonstrações contábeis devem ser transcritas no Livro Diário, completando-se com as assinaturas do titular ou de representante legal da entidade e do profissional da contabilidade legalmente habilitado.
- e) O estorno consiste em lançamento inverso àquele feito erroneamente, anulando-o totalmente.

CONTABILIDADE PÚBLICA

Gilmar Possati

69. Segundo o regime orçamentário aplicável à Contabilidade Pública, pertencem ao exercício financeiro:

- a) as receitas previstas e as despesas fixadas.
- b) as receitas arrecadadas e as despesas liquidadas.
- c) as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
- d) as receitas recolhidas e as despesas liquidadas.
- e) as receitas lançadas e as despesas pagas.

70. Um município adquiriu uma ambulância para uso pela sua Secretaria de Saúde. O valor foi pago à vista pelo total de R\$ 200.000,00. Que tipo de variação no patrimônio do município essa transação provocou?

- a) Variação patrimonial mista.
- b) Variação patrimonial qualitativa.

c) Variação patrimonial quantitativa.

d) Variação patrimonial quantitativa diminutiva.

e) Variação patrimonial quantitativa aumentativa.

71. A NBC TSP Estrutura Conceitual fornece diversas bases de mensuração dos ativos e passivos das entidades do setor público, bem como orienta na seleção dessas bases. Assinale a alternativa que indica uma base de mensuração aplicável tanto a ativos como passivos.

- a) Custo de liberação
- b) Valor em uso
- c) Valor de mercado
- d) Valor recuperável
- e) Custo de reposição

72. O Município Audazes dos Pampas efetuou o levantamento dos seus maquinários pesados a fim de realizar o teste de recuperabilidade. Nesse sentido, foram identificados os seguintes valores:

Valor líquido contábil	R\$	1.600.000,00,
estando 50% depreciados.		
Valor em Uso	R\$	1.520.000,00
Valor de Mercado	R\$	1.460.000,00
Custos de Alienação		20%

Com base nessas informações e nas normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, o valor que deve ser reconhecido como perda por desvalorização é

- a) R\$ 800.000,00.
- b) R\$ 359.000,00.
- c) R\$ 140.000,00.
- d) R\$ 80.000,00.
- e) R\$ 60.000,00.

73. De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, assinale a alternativa que indica, no âmbito da natureza de informação orçamentária, o lançamento contábil do empenho da despesa referente à contratação de serviços.

- a) Debita-se Execução da Despesa e credita-se Crédito Empenhado.
- b) Debita-se Crédito Disponível e credita-se Crédito Empenhado a Liquidar.
- c) Debita-se Crédito Empenhado a Liquidar e credita-se Crédito Disponível.
- d) Debita-se Disponibilidade por Destinação de Recursos (DDR) e credita-se DDR Comprometida por Empenho.
- e) Debita-se Variação Patrimonial Diminutiva e Credita-se Obrigação a Pagar.

74. O Município Audazes dos Pampas apresentou as seguintes informações ocorridas no exercício de 20X1:

- Despesa de R\$ 10.000,00 empenhada em junho, liquidada em agosto e paga em setembro.
- Despesa de R\$ 4.000,00 empenhada, liquidada e paga em setembro.
- Despesa de R\$ 8.000,00 empenhada em agosto, liquidada e paga em novembro.
- Receita de R\$ 60.000,00 lançada em junho e arrecadada em setembro.
- Receita de R\$ 12.000,00 lançada em setembro e arrecadada em outubro.
- Receita de R\$ 14.000,00 executada em setembro.

Assinale a opção que indica o resultado orçamentário apurado no mês de setembro de 20X1, nos termos da Lei n. 4.320/64:

- a) R\$ 10.000,00
- b) R\$ 56.000,00
- c) R\$ 64.000,00
- d) R\$ 70.000,00
- e) R\$ 72.000,00

75. Na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) de uma entidade do setor público, nos termos da NBC TSP 12, os pagamentos para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades, os recebimentos de caixa decorrentes de *royalties* e o caixa recebido proveniente da emissão de debêntures são classificados, respectivamente, como fluxos de caixa das atividades

- a) operacionais, operacionais e de investimentos.

- b) de investimentos, de investimentos e de financiamentos.
- c) de financiamentos, de investimentos e de financiamentos.
- d) de investimentos, operacionais e de financiamentos.
- e) operacionais, de financiamentos e de investimentos.

Preencha o gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TCE-AL-Auditor-16-10>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>